

S.



R.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

**CONTRIBUTO DE PORTUGAL
PARA O RELATÓRIO DA COMISSÃO EUROPEIA
SOBRE ESTADO DE DIREITO NA UNIÃO EUROPEIA
DIMENSÃO MERCADO INTERNO**

24 de janeiro de 2025

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento complementa os elementos transmitidos por Portugal no âmbito da resposta ao questionário da Comissão Europeia sobre o Estado de Direito 2025, para os quais se remete.

2025 Rule of Law Report

Additional questionnaire on the single market dimension

In line with the discussions in the meeting of the network of contact points on 10 December, the Commission is hereby sharing an additional questionnaire on the single market dimension for the 2025 Rule of Law Report. This additional questionnaire should be answered in the same manner as the regular questionnaire. Please provide **a general overview of the relevant legal framework** (if not covered in previous inputs for the Rule of Law Report), as well as **information on any relevant developments since January 2024**. You are asked to provide the 'type of information' as outlined in section two of the main questionnaire (i.e. legislative developments, policy developments, developments related to the judiciary/independent authorities, as well as others if deemed relevant). In addition, below it is always indicated which pillar and sub-section the additional questions refer to, so that you can better contextualise them within the existing questionnaire. Please send your input on this questionnaire **by 24 January 2025** to rule-of-law-network@ec.europa.eu (either as part of your overall input or separately).

Questions for input on the single market dimension of the Rule of Law Report

Pillar I:

Quality of justice

- Specialisation (of judges/specific courts/chambers within courts) and training for the judiciary to deal with commercial cases.

No que tange à especialização dos tribunais, convém enquadrar sumariamente a organização do sistema judiciário português ([Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto](#), na redação atual). Os tribunais de primeira instância são, em regra, os tribunais de comarca (*vide* o artigo 210.º, n.º 3, da [Constituição da República Portuguesa](#)), que possuem, em geral, competência na área das respetivas comarcas (*vide* o artigo 43.º, n.º 3).

Os tribunais de comarca são de competência genérica e de competência especializada (artigo 80.º) e desdobram-se em juízos, a criar por decreto-lei, que podem ser de competência especializada, de competência genérica e de proximidade (artigo 81.º, n.º 1). Entre os juízos de competência especializada que podem ser criados encontram-se os juízos de comércio (artigo 81.º, n.º 3), que são competentes, *inter alia*, para processos de insolvência, liquidação de sociedades, incluindo instituições de crédito e sociedades financeiras, dissolução de sociedades anónimas europeias e de sociedades gestoras de participações sociais e suspensão e de anulação de deliberações sociais (artigo 128.º).

Por outro lado, podem existir tribunais judiciais de primeira instância com competência para mais do que uma comarca, designados por tribunais de competência territorial alargada (*vide* o artigo 43.º, n.º 4). Encontram-se nesta última categoria o tribunal da propriedade intelectual e o tribunal da concorrência, regulação e supervisão (*cfr.* artigo 83.º, n.º 3). Ao primeiro compete, por exemplo,

conhecer das questões relativas a ações sobre propriedade industrial, direitos de autor e direitos conexos (artigo 111.º) e ao segundo decidir sobre os recursos da Autoridade da Concorrência ou da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (artigo 112.º). De notar que os tribunais de segunda instância (Tribunais da Relação) e o Supremo Tribunal de Justiça têm, na sua estrutura interna, secções especializadas competentes em matérias de natureza comercial.

Relativamente à especialização dos magistrados, o Estatuto dos Magistrados Judiciais ([Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto](#), na redação atual) prevê a especialização dos magistrados que podem ser colocados nos juízos de comércio, no tribunal da propriedade intelectual e no tribunal da concorrência, regulação e supervisão. Estes magistrados devem possuir mais de 10 anos de serviço, com classificação não inferior a «Bom com distinção» e, preferencialmente, com formação específica na respetiva área de competência (artigo 45.º, n.º 1).

Paralelamente, o [Centro de Estudos Judiciários](#) (CEJ), aquando da formação inicial dos candidatos a juízes e procuradores, inclui, no elenco de ações a ministrar, temas como o direito da concorrência e de regulação económica e o direito comercial, sendo que, no que respeita às ações de formação contínua a juízes e procuradores, que devem frequentar pelo menos 2 ações de formação por ano, o plano anual de formação do CEJ inclui regularmente matérias sobre direito comercial e sociedades, incluindo insolvência.

- Alternative dispute resolution mechanisms and mediation

Em Portugal, os Meios de Resolução Alternativa de Litígios abrangem, designadamente, os julgados de paz, a mediação, a conciliação e os centros de arbitragem:

- (i) Os julgados de paz resolvem, *grossa modo*, conflitos relativos a contratos, à propriedade e a conflitos de consumo, com exclusão das matérias de direito da família, das sucessões e do trabalho, e têm competência para questões cujo valor não exceda 15 000€ ([Lei n.º 78/2001, 13 de julho](#));
- (ii) A mediação abrange, entre outras matérias, os litígios em matéria civil e comercial que respeitem a interesses de natureza patrimonial e ainda os que não envolvam interesses de natureza patrimonial, desde que as partes possam celebrar transação sobre o direito controvertido ([Lei n.º 29/2013, de 19 de abril](#)). A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPI) gere, em nome do Ministério da Justiça, vários sistemas públicos de mediação nos domínios [familiar](#), [laboral](#) e [penal](#);
- (iii) A conciliação constitui o pilar do Sistema Público de Apoio à Conciliação no Sobre-Endividamento (SISPACSE), aprovado pelo [DL n.º 105/2020, de 23 de dezembro](#). O SISPACSE, que funciona com base em listas públicas de conciliadores inscritos neste sistema organizadas pela DGPI, promove a resolução de litígios relacionados com o não cumprimento das obrigações pecuniárias, com algumas exceções, como é o caso das de cariz fiscal e segurança social.

Os [Centros de Arbitragem](#) são entidades reconhecidas pelo Ministério da Justiça, que funcionam por áreas geográficas e em função da matéria em conflito, com competência para resolver alguns tipos de conflitos, através da mediação, da conciliação e da arbitragem. O Ministério da Justiça apoia financeiramente estes Centros, considerando a importância que certas áreas têm na vida dos cidadãos – como o consumo, o setor automóvel, o ramo segurador, a propriedade industrial, os nomes de

domínio, firmas e denominações e em matéria administrativa e tributária (os Centros têm competência em matéria administrativa e tributária).

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)¹, foi, ainda, instituída a «Plataforma RAL+», através do [Decreto-Lei n.º 26/2024, de 3 de abril](#), que cria e regula o sistema de informação de suporte à gestão e tramitação dos procedimentos nos sistemas públicos de mediação familiar e laboral, nos julgados de paz e nos centros de arbitragem de conflitos de consumo.

Por fim, assinala-se que, no final de 2024, foi criado um [grupo de trabalho](#) com o objetivo de relançar a discussão sobre os desafios e oportunidades dos meios de resolução alternativa de litígios.

Pillar II:

Prevention

- Measures for the prevention of corruption in relation to the issuing of official permits (e.g. related to environment, energy and various types of construction)

Em 2025, o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) pretende dedicar especial atenção às entidades do sector privado e estabelecer uma colaboração formal com a Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) para a implementação efetiva do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) nas áreas do clima e da energia, nomeadamente, na área da emissão de licenças oficiais.

- Reporting on the use of digital technologies to enhance transparency and oversight in public procurement

Em 2024, o MENAC iniciou uma colaboração com o Instituto Dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção ([IMPIC](#)), tendo em conta a importância de uma reforma do [Portal BASE](#) enquanto plataforma essencial para assegurar a transparência na contratação pública e a necessidade de tornar obrigatório o registo das entidades contratadas pelo Estado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado ([PNFE](#)) e de assegurar a eficácia do Registo Central de Beneficiários Efetivos ([RCBE](#)).

Pillar IV:

The process for preparing and enacting laws

- Safeguards to ensure legal certainty, the stability of the legal framework and non-discrimination. *[this question complements the exiting question on rules and use of fast-track and emergency procedures]*

[Por favor, consultar os elementos de resposta à recomendação sobre transparência legislativa e avaliação de impacto, no questionário principal]

Independent authorities

¹ Projeto 33.5 - Plataforma Digital da Justiça 2.0 - Evolução dos serviços digitais para os meios de resolução alternativa de litígios.

- Safeguards to ensure the effective independence of supervisory and regulatory authorities with a direct impact on economic operators

[Por favor, consultar os elementos de resposta no questionário habitual]

Accessibility and judicial review of administrative decisions

- Respect of the good administration principle (including the obligation of the administration to give reasons for decisions) [this question complements the existing question on transparency of administrative decisions]

O Código do Procedimento Administrativo (CPA) aprovado pela [Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro](#) consagra o princípio da boa administração nos termos do disposto no seu artigo 5.º, estabelecendo que a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade, e deve ser organizada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada.

A fundamentação dos atos administrativos é um imperativo constitucional na medida em que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 268.º da Constituição da República Portuguesa ([CRP](#)), os atos administrativos carecem de fundamentação expressa e acessível quando afetem direitos ou interesses legalmente protegidos. Para além dos casos em que a lei especialmente o exija, devem ser fundamentados os atos administrativos que, total ou parcialmente: (i) neguem, extingam, restrinjam ou afetem por qualquer modo direitos ou interesses legalmente protegidos, ou imponham ou agravem deveres, encargos, ónus, sujeições ou sanções; (ii) decidam reclamação ou recurso; (iii) decidam em contrário de pretensão ou oposição formulada por interessado, ou de parecer, informação ou proposta oficial; (iv) decidam de modo diferente da prática habitualmente seguida na resolução de casos semelhantes, ou na interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou preceitos legais; (v) e/ou impliquem declaração de nulidade, anulação, revogação, modificação ou suspensão de ato administrativo anterior. Por fim, salientar que a fundamentação deve ser expressa, conter a exposição, ainda que sucinta, dos seus fundamentos de facto e de direito, e deve ser clara, coerente e completa, gerando a sua preterição a invalidade do ato administrativo (*vide*, em especial, os artigos 151.º a 154.º do CPA).

- Safeguards (other than judicial review) regarding decisions or inaction of administrative authorities, including remedies. *[this question complements the existing question on judicial review of administrative decisions]*

O CPA consagra a possibilidade de os interessados impugnarem, junto da administração, a prática ou omissão de atos administrativos mediante a apresentação de reclamação (artigo 191.º e segs.) ou de recurso hierárquico (artigo 193.º e segs.). Quando a lei não estabeleça prazo diferente, a reclamação deve ser apresentada no prazo de 15 dias (artigo 191.º, n.º 3); o recurso hierárquico contra a omissão alegadamente ilegal de ato administrativo deve ser apresentado no prazo de um ano (artigo 187.º); o recurso hierárquico necessário de ato expresso deve ser apresentado no prazo de 30 dias; e o recurso hierárquico facultativo deve ser apresentado no prazo de impugnação contenciosa do ato em causa (artigo 193.º, n.º 2).

O prazo para o órgão competente apreciar e decidir a reclamação é de 30 dias, podendo confirmar, revogar, anular, modificar ou substituir o ato reclamado, ou praticar o ato ilegalmente omitido (artigo 192.º, n.º 2). O recurso hierárquico deve ser decidido no prazo de 30 dias ou, no máximo em 60 dias, quando haja lugar à realização de nova instrução ou de diligências complementares (artigo 198.º, n.ºs

1 e 2).

A omissão de atos administrativos é, ainda, suscetível de impugnação na condição de eles serem legalmente devidos, isto é, violadores de norma legal ou regulamentar ou de obrigação imposta por sentença, contrato ou ato administrativo anterior. A sua impugnação visa suprir a omissão, quer por parte da autoridade recorrida, quer por parte da autoridade para a qual se recorre (artigo 195.º, n.º 5, e artigo 197.º, n.º 4).